

***Concessionária do Aeroporto  
Internacional de Guarulhos S.A.***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014  
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.  
Guarulhos - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

Conforme Nota Explicativa 1, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$938.454 mil. A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### *Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013*

As informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 19 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

  
Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	232.110	622.854
Contas a receber	6	208.618	150.153
Estoques		16.042	15.842
Impostos a recuperar	7a	19.015	47.453
Partes relacionadas	8	-	17.930
Despesas antecipadas		5.258	5.469
Outros adiantamentos		<u>4.499</u>	<u>4.701</u>
Total do ativo circulante		<u>485.542</u>	<u>864.402</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	5	45.745	-
Impostos a recuperar	7a	117.683	6.332
Partes relacionadas	8	17.713	-
Depósitos judiciais	16d	417	149
Imobilizado	9	18.044	11.301
Intangível	10	<u>15.799.553</u>	<u>14.581.143</u>
Total do ativo não circulante		<u>15.999.155</u>	<u>14.598.925</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>16.484.697</u>	<u>15.463.327</u>

(continua)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	72.218	176.398
Empréstimos e financiamentos	12	8.071	1.568
Debêntures	13	43.929	-
Impostos a recolher	7d	10.995	22.530
Obrigações com empregados e administradores	14	30.722	26.509
Concessão de serviço público	15	1.178.361	1.164.591
Dividendos a pagar	8,18a	-	27.464
Partes relacionadas	8	22.216	17.721
Receita diferida	17	5.000	5.000
Outros		<u>52.484</u>	<u>47.891</u>
Total do passivo circulante		1.423.996	1.489.672
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	2.472.382	1.833.000
Debêntures	13	591.338	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	7b	159.378	59.876
Concessão de serviço público	15	10.861.467	10.733.712
Provisão para riscos	16	2.906	-
Receita diferida	17	<u>38.333</u>	<u>43.333</u>
Total do passivo não circulante		14.125.804	12.669.921
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	18a	1.215.559	1.215.559
Reserva de lucros	18b, c	-	88.175
Prejuízos acumulados		<u>(280.662)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		934.897	1.303.734
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>16.484.697</u>	<u>15.463.327</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		1.576.274	1.261.368
Receita de construção		<u>1.381.189</u>	<u>1.796.667</u>
Receita operacional líquida	19	2.957.463	3.058.035
Custo dos serviços prestados	20	(1.094.833)	(861.481)
Custo de construção	20	<u>(1.342.394)</u>	<u>(1.746.202)</u>
Lucro bruto		520.236	450.352
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(206.009)</u>	<u>(201.972)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		314.227	248.380
Receitas financeiras	21	54.215	9.228
Despesas financeiras	21	<u>(665.242)</u>	<u>(64.626)</u>
Resultado antes dos impostos		(296.800)	192.982
Imposto de renda e contribuição social diferido	7c	<u>(99.501)</u>	<u>(65.774)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(396.301)</u>	<u>127.208</u>
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação em reais	27	(0,329)	0,154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(396.301)	127.208
Resultado abrangente no patrimônio líquido	_____ -	_____ -
Total do resultado abrangente no exercício	<u>(396.301)</u>	<u>127.208</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>353.332</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.569)</u>	<u>341.763</u>
Aumento de Capital	18a	862.227	-	-	-	862.227
Lucro líquido do exercício		-	-	-	127.208	127.208
Destinação do lucro						
Constituição de reservas		-	5.782	82.393	(88.175)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(27.464)	(27.464)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	18a	<u>1.215.559</u>	<u>5.782</u>	<u>82.393</u>	<u>-</u>	<u>1.303.734</u>
Reversão de dividendos propostos	18a	-	-	27.464	-	27.464
Prejuízo do exercício		-	-	-	(396.301)	(396.301)
Absorção do prejuízo		-	(5.782)	(109.857)	115.639	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	18a	<u>1.215.559</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(280.662)</u>	<u>934.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício antes dos impostos		(296.800)	192.982
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	20	585.500	430.890
Margem de construção	19,20	(38.795)	(50.465)
Prejuízo na baixa de imobilizado	9	18	-
Outorga variável	20	185.065	143.913
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	3.409	12.808
Provisão para riscos	16	2.906	-
Apropriação de receita diferida		(5.000)	(1.667)
Variações monetárias e encargos, líquidas		656.084	59.667
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(61.874)	(47.040)
Estoques		(200)	(15.802)
Adiantamentos a fornecedores		202	(3.280)
Impostos a recuperar		(82.913)	(53.059)
Depósitos judiciais		(268)	(149)
Outros créditos		212	-
Partes relacionadas		217	(217)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(47.636)	57.862
Partes relacionadas		4.495	(31.113)
Obrigações com empregados e administradores		4.213	24.211
Impostos a recolher		(11.535)	8.865
Outras obrigações e contas a pagar		4.593	11.203
Receita diferida		-	50.000
Pagamento outorga variável		(143.801)	(14.954)
Juros pagos	12	<u>(186.259)</u>	<u>(58.701)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>571.833</u>	<u>715.954</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(42.125)	-
Aquisição de intangível		(1.206.907)	(2.643.602)
Aquisição de imobilizado		<u>(10.188)</u>	<u>(7.300)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.259.220)	(2.650.902)

(continua)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social		-	862.227
Captação de empréstimos	12	1.124.342	2.583.000
Emissão de debêntures	13	590.549	-
Pagamento de empréstimos	12	(484.960)	(1.200.000)
Pagamento da outorga fixa	15	<u>(933.288)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>296.643</u>	<u>2.245.227</u>
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(390.744)</u>	<u>310.279</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		622.854	312.575
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>232.110</u>	<u>622.854</u>
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(390.744)</u>	<u>310.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		<u>3.208.230</u>	<u>3.191.703</u>
Prestação de serviços e cessão de espaço	19	1.763.760	1.407.844
Receita de construção		1.447.879	1.796.667
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(3.409)	(12.808)
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(1.840.080)</u>	<u>(2.174.395)</u>
Custos dos serviços prestados		(432.735)	(367.835)
Custo de construção	20	(1.342.394)	(1.746.202)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(64.951)	(60.358)
Valor adicionado bruto		<u>1.368.150</u>	<u>1.017.308</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	20	(585.500)	(430.890)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>782.650</u>	<u>586.418</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	<u>54.215</u>	<u>9.288</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>836.865</u>	<u>595.646</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>836.865</u>	<u>595.646</u>
Pessoal e encargos	20	<u>179.727</u>	<u>161.773</u>
Remuneração direta		127.377	124.312
Benefícios		41.493	29.682
FGTS		10.009	7.295
Outros		848	484
Impostos, taxas e contribuições		<u>314.487</u>	<u>239.457</u>
Federais		296.579	223.088
Municipais		17.908	16.369
Remuneração do capital de terceiros - juros/alugueis		<u>738.952</u>	<u>67.208</u>
Juros		259.883	2.067
Atualização outorga		472.050	58.895
Outros		7.019	6.246
Remuneração de capital próprio		<u>(396.301)</u>	<u>127.208</u>
Prejuízo do exercício		(396.301)	-
Dividendos		-	27.464
Lucros retidos		-	99.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo Invepar, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade anônima e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. Em 24 de outubro de 2014, a Concessionária obteve registro na Comissão de Valores Mobiliários como Companhia de capital aberto categoria “B”.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na Nota Explicativa nº 15.

Pelos próximos 18 anos, a Concessionária receberá investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Frente às obrigações da Concessionária, o capital circulante líquido pode permanecer negativo por alguns períodos do ano, principalmente pelo reconhecimento da parcela anual da Outorga Fixa a pagar que tem natureza de curto prazo. Esse comportamento do capital circulante líquido é característico do negócio e tende a encontrar o equilíbrio em função da realização de seus resultados operacionais nos meses que seguem após o pagamento da obrigação de curto prazo, além do alcance da maturidade do negócio.

Além da melhoria operacional prevista que contribuirá para o capital circulante líquido, os acionistas controladores tem o compromisso de aporte de capital descrito no Acordo de Acionistas para fazer frente à parcela de curto prazo da concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, a Concessionária apresenta capital circulante líquido negativo de R\$938.454 (R\$625.270 em 31 de dezembro de 2013).

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)). Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

### 2.3. Apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária.

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 26 de março de 2015.

### 2.4. Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A Concessionária contabiliza receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado na demonstração de resultado.

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

## 2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional.

## 2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

## 2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

## 2.8. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável.

## 2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## 2.10. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente e direitos de uso de software, ativos relacionados à infraestrutura sendo registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### 2.11. Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos lucros, dentre outros. É patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

#### 2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2014 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

### 2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

### 2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00%	5,00%

A Concessionária possui serviços de diferentes naturezas e tributados pelo ISS a 2% para receitas tarifárias e 5% para receitas não tarifárias. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou a alíquota do ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de Abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Concessionária adota o regime da não cumulatividade.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

#### 2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### 2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

##### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

##### Estimativas e premissas

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.18. Instrumentos financeiros

### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público.

### b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Concessionária não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

#### 2.20. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1)

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

## 2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, ainda não emitidos pelo CPC, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2014, exceto quanto a alteração do IAS 39 citada abaixo que é aplicável para exercícios iniciados em/ou a partir de 1º de junho de 2014:

IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (alteração) - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.

IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (alteração) - clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições.

IAS 32 - Instrumentos financeiros - divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento.

IFRIC 21 - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental.

Aplicável em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2014:

IAS 19 - Benefícios a empregados (alteração) - esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido. As alterações aplicam-se para contribuições que independem do número de anos de serviços prestados pelo empregado. Por exemplo, contribuições que são calculadas de acordo com uma percentagem fixa do salário do empregado.

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

IFRS 1 (alteração) - Isenções dos requerimentos de reapresentação das informações comparativas para a IFRS 9.

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2016:

IFRS 14 (novo pronunciamento) - clarifica a comparabilidade dos relatórios financeiros de empresas que atuam em mercados regulados.

IAS 16 (alteração) - esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização.

Aplicável em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2017:

IFRS 15 (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Concessionária não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

### 3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a ser implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária.
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços.
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 31/12/2014).
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA.

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado por até 5 anos, sendo a concessão outorgada pela Agencia Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$16.213.000 com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço, courier), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	6.274	10.050
Certificados de depósito bancário - CDB	-	168.968
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	<u>225.836</u>	<u>443.836</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>232.110</u>	<u>622.854</u>

As aplicações financeiras são representadas por operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração de 101,46% do CDI (100,95% do CDI em dezembro de 2013), investimento de curto prazo e com alta liquidez. Em 31 de dezembro de 2013 os certificados de depósito bancário - CDB foram remunerados pela taxa de 101,5% do CDI com vencimentos em junho de 2014 e junho de 2015, podendo ser resgatados a qualquer momento sem perda dos rendimentos auferidos.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundos de investimentos - não circulante (a)	<u>45.745</u>	<u>-</u>
Saldo de aplicações financeiras	<u>45.745</u>	<u>-</u>

### (a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,09% do CDI sem prazo de carência, com baixo risco e servem para cumprir com as obrigações, conforme o contrato de financiamento de longo prazo firmado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves e Passageiros	92.822	80.862
Armazenagem e Capatazia	<u>7.128</u>	<u>4.092</u>
	99.950	84.954
Contas a receber não tarifárias		
Cessão de espaço	<u>124.885</u>	<u>78.007</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	<u>(16.217)</u>	<u>(12.808)</u>
Total	<u>208.618</u>	<u>150.153</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total de contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	De 31-60 Dias	De 61-90 Dias	De 91-120 dias	>121-150 Dias	>151-180 dias	>180 dias
31 de dezembro de 2014	224.835	(16.217)	174.786	13.004	1.748	15.538	1.702	1.421	653	15.983

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos Vencidos				
				<30 dias	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>120 dias
31 de dezembro de 2013	150.153	(12.808)	142.943	4.608	918	752	1.360	12.380

Em 31 de dezembro de 2014 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$16.217, onde 88% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do exercício	(12.808)	-
Adições	(26.730)	(14.277)
Reversões	<u>23.321</u>	<u>1.469</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(16.217)</u>	<u>(12.808)</u>

## 7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRRF	13.634	3.806
PIS e COFINS	5.360	43.647
ISS	<u>21</u>	<u>-</u>
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>19.015</u>	<u>47.453</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>117.683</u>	<u>6.332</u>

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos em melhoria e expansão do aeroporto e insumos e de aplicações financeiras (IRRF).

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	688.029	516.609
Diferenças temporárias - provisões indedutíveis	22.360	21.910
Outorga fiscal	(833.716)	(575.534)
Margem de construção	<u>(36.051)</u>	<u>(22.861)</u>
	<u>(159.378)</u>	<u>(59.876)</u>

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2015	46.320	(51.162)
2016	46.521	(51.162)
2017	51.314	(51.162)
2018	57.085	(51.162)
2019	52.881	(51.162)
2020	62.185	(51.162)
2021	86.987	(51.162)
2022 a 2024	<u>307.083</u>	<u>(511.620)</u>
Total	710.376	(869.754)
Saldo de Imposto diferido passivo		<u>(159.378)</u>

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(296.800)	192.982
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	100.912	(65.614)
Ajustes efetuados		
Diferenças permanentes	(23)	(160)
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	(200.390)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(99.501)</u>	<u>(65.774)</u>

d) Impostos a recolher

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PIS e COFINS	1.428	9.948
ISS	1.654	1.438
ISS terceiros	1.213	4.368
IRRF	2.356	1.984
INSS sobre terceiros	2.374	3.546
PIS, COFINS e Contribuição social - PCC (*)	<u>1.970</u>	<u>1.246</u>
Total Circulante	<u>10.995</u>	<u>22.530</u>

(\*) Impostos retidos sobre as notas fiscais de prestação de serviço

### Legislação geral

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015 e não espera impactos significativos.

## 8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores e empregados, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2014			
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado
Infraero (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	-	17.713	21.238	(3.263)
ACSA	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Acionista direto	-	-	-	(10.673)
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	-	521	-
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	-	457	-
Construtora OAS S.A.(iii)(*)	Adiantamento para serviços de construção	Participante indireto	-	40.875	-	-
Construtora OAS S.A.(*)	Prestação de serviços de construção	Participante indireto	-	-	-	580.433

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2013			
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado
Invepar	Repasse de custos	Acionista direto	217	-	-	217
Infraero(i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.713	-	16.743	970
Grupar	Dividendos	Acionista direto	-	-	14.007	-
Infraero CART(ii)	Dividendos	Acionista direto	-	-	13.457	-
	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	-	521	(521)
METRORIO(ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	-	457	(457)
			17.930	-	45.185	209
Construtora OAS(iii)(*)	Adiantamento para serviços de construção	Participante indireto	-	70.396	-	-
Construtora OAS(*)	Prestação de serviços de construção	Participante indireto	-	-	71.244	697.470

(\*) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. (acionista da Invepar) estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção.

Em março de 2014 a Concessionária pagou à ACSA (*Airports Company South Africa*) o montante de R\$10.673, referente ao contrato de prestação de serviços relacionado a gastos com funcionários desta sociedade que prestaram serviços a Concessionária, dos quais R\$4.495 foram contabilizados no intangível, por se tratarem de custos relacionados com as obras. Em 31 de dezembro de 2014 a Concessionária pagou à OAS o montante de R\$550.791 pela prestação de serviços de construção (R\$697.470 no período findo em 31 de dezembro de 2013).

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária possui valores a repassar de receitas e custos pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 15 de novembro de 2012 as quais foram recebidas pela Concessionária.
- (ii) Os passivos com as coligadas CART e Metro Rio são valores referentes a gastos com funcionários destas Concessionárias que prestaram serviços a Concessionária.
- (iii) Em agosto de 2012 a Concessionária celebrou com a Construtora OAS contrato de execução de obras civis em regime de empreitada e preço global, cujo prazo é de 46 meses.

Em setembro de 2012 a Concessionária adiantou à Construtora OAS o montante de R\$104.459 referentes aos serviços de mobilização para o projeto de construção, modernização e ampliação conforme contrato firmado entre as partes, a ser amortizado em 46 parcelas iguais de R\$2.271.

O preço acordado entre as partes foi de R\$2.132.278, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços. Em 08 de Agosto de 2014 houve um aditivo contratual devido à necessidade de adequação das áreas ao projeto executivo no valor de R\$210.917, totalizando R\$2.343.195. Em 31 de dezembro de 2014 não havia saldo a pagar a OAS (R\$71.244 em 31 de dezembro de 2013).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício foi a seguinte:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	6.244	5.033
Participação nos resultados	2.885	1.258
Outros Benefícios	367	140
Remuneração variável		
Bônus variáveis	907	742
Encargos	<u>1.276</u>	<u>1.064</u>
Total da remuneração	<u>11.679</u>	<u>8.237</u>

A remuneração da administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal totalizava R\$30.722 (R\$26.509 em dezembro de 2013), dos quais R\$2.996 representava obrigações com a Administração (R\$364 em dezembro de 2013). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2014 é de R\$10.750.

O entendimento da Administração é de que a remuneração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2014 não inclui encargos sociais, esse entendimento será submetido à rerratificação na próxima Assembleia Geral Ordinária.

9. IMOBILIZADO

<u>Movimentação do período</u>	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>	<u>Saldos em 31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldos em 31/12/2014</u>
<u>Custo</u>						
Instalações	5%	237	670	-	-	907
Máquinas e equipamentos	10%	6.446	5.077	(16)	313	11.820
Móveis e utensílios	10%	1.048	1.940	-	-	2.988
Veículos	20%	114	961	-	-	1.075
Equipamentos de informática	20%	5.405	1.540	-	(313)	6.632
Importação de bens		8	-	(8)	-	-
Total		<u>13.258</u>	<u>10.188</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>23.422</u>
<u>Depreciação</u>						
Instalações		(8)	(17)	-	-	(25)
Máquinas e equipamentos		(858)	(1.791)	6	-	(2.643)
Móveis e utensílios		(189)	(318)	-	-	(507)
Veículos		(29)	(139)	-	-	(168)
Equipamentos de informática		(873)	(1.162)	-	-	(2.035)
Total		<u>(1.957)</u>	<u>(3.427)</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>(5.378)</u>
Imobilizado Líquido		<u>11.301</u>	<u>6.761</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>18.044</u>

	Taxas anuais de depreciação %	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2013
<b>Custo</b>						
Instalações	5%	56	240	-	(59)	237
Máquinas e equipamentos	10%	805	2.680	(330)	3.292	6.446
Móveis e utensílios	10%	630	447	-	(30)	1.048
Veículos	20%	2.313	252	-	(2.451)	114
Equipamentos de informática	20%	10.060	3.681	(8.452)	116	5.405
Importação de bens		876	-	-	(868)	8
<b>Total</b>		<b>14.740</b>	<b>7.300</b>	<b>(8.782)</b>	<b>-</b>	<b>13.258</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Instalações		-	(9)	-	1	(8)
Máquinas e equipamentos		(22)	(542)	-	(294)	(858)
Móveis e utensílios		(22)	(170)	-	3	(189)
Veículos		(11)	(295)	-	277	(29)
Equipamentos de informática		(83)	(806)	-	13	(873)
<b>Total</b>		<b>(138)</b>	<b>(1.822)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.957)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>14.602</b>	<b>5.478</b>	<b>(8.782)</b>	<b>-</b>	<b>11.301</b>

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição, a depreciação é calculada pelo método linear, considerando a sua vida útil estimada.

## 10. INTANGÍVEL

<u>Movimentação do período</u>	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2014
<b>Custo</b>					
Software e sistemas	20%	7.344	25.813	-	33.157
Direito de concessão - Investimento	(a)	253.334	214.531	2.705.302	3.173.167
Em andamento		2.104.214	998.641	(2.624.953)	477.902
Adiantamento a fornecedores		121.418	-	(80.349)	41.069
Direito de concessão - Outorga fixa	(a)	<u>12.571.628</u>	<u>561.499</u>	-	<u>13.133.127</u>
<b>Total</b>		<b>15.057.938</b>	<b>1.800.484</b>	<b>-</b>	<b>16.858.422</b>
<b>Amortização</b>					
Software		(1.292)	(1.686)	-	(2.978)
Direito de concessão - Outorga fixa		(469.049)	(493.267)	-	(962.316)
Direito de concessão - Investimento		<u>(6.455)</u>	<u>(87.120)</u>	-	<u>(93.575)</u>
<b>Total</b>		<b>(476.796)</b>	<b>(582.073)</b>	<b>-</b>	<b>(1.058.869)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>14.581.143</b>	<b>1.218.411</b>	<b>-</b>	<b>15.799.553</b>

a) Amortização de acordo com a evolução da curva de passageiros.

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2013
<b>Custo</b>					
Software e sistemas	20%	3.566	4.218	(440)	7.344
Direito de concessão - investimento	(a)	-	258.205	(4.870)	253.334
Em andamento		495.235	1.608.978	-	2.104.214
Adiantamento a fornecedores		101.900	14.181	5.337	121.418
Direito de concessão - outorga fixa	(a)	<u>11.720.256</u>	<u>851.400</u>	<u>(28)</u>	<u>12.571.628</u>
<b>Total</b>		<b>12.320.957</b>	<b>2.736.982</b>	<b>-</b>	<b>15.057.938</b>
<b>Amortização</b>					
Software		(139)	(1.460)	307	(1.292)
Direito de concessão - outorga fixa		(47.589)	(421.460)	-	(469.049)
Direito de concessão - investimento		-	(6.148)	(307)	(6.455)
<b>Total</b>		<b>(47.728)</b>	<b>(429.068)</b>	<b>-</b>	<b>(476.796)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>12.273.229</b>	<b>2.307.914</b>	<b>-</b>	<b>14.581.143</b>

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase. Maiores detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na nota explicativa nº 15.

As adições no período referem-se, na maior parte, a obras em andamento relacionadas à construção civil.

No período findo em 31 de dezembro de 2014 foram capitalizados R\$66.690 de custos de empréstimos e financiamentos (R\$88.120 no período findo em 31 de dezembro de 2013) e R\$561.499 de atualização monetária da outorga fixa (R\$851.372 no período findo em 31 de dezembro de 2013) no saldo do ativo intangível.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

## 11. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo da Concessionária com fornecedores totalizava R\$72.218, (R\$176.398 em 31 de dezembro de 2013, dos quais, R\$71.244 representavam obrigações com a Construtora OAS S.A., parte relacionada responsável por construção, ampliação e reforma dos terminais de passageiros, pátios, acessos, estacionamentos, e novas pistas).

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a) Composição da dívida

<u>Objeto</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Encargos anuais (spread)</u>	<u>Saldo inicial 31/12/2013</u>	<u>Captação</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Saldo final 31/12/2014</u>
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	2,88%	1.284.074	447.357	-	116.005	(111.644)	1.735.791
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	-	-	300	-	2	-	302
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
CEF	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Itaú	Conta Garantida	ago/14	CDI	3,48%	-	34.960	(34.960)	713	(713)	-
Votorantim	Conta Garantida	nov/14	CDI	2,43%	-	150.000	(150.000)	6.328	(6.328)	-
Bradesco	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
HSBC	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
Itaú	Comissão Fiança	jul/14	INPC	2,90%	-	-	-	5	-	5
Total					<u>1.834.568</u>	<u>1.124.342</u>	<u>(484.960)</u>	<u>192.762</u>	<u>(186.259)</u>	<u>2.480.453</u>

Parcela do curto prazo

8.071

Parcela do longo prazo

2.472.382

<u>Objeto</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Encargos anuais (spread)</u>	<u>Saldo inicial 31/12/2012</u>	<u>Captação</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Saldo final 31/12/2013</u>
BNDES	Empréstimo Ponte	dez/14	TJLP	2,40%	450.356	750.000	(1.200.000)	58.098	(58.454)	-
BNDES	Finem	dez/14	TJLP	2,40%	-	1.283.000	-	1.074	-	1.284.074
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-	110.099
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-	110.099
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-	110.099
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-	110.099
Caixa Econômica	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-	110.099
Itaú	Conta Garantida	ago/14	CDI	3,48%	247	-	-	-	(247)	-
Total					<u>450.603</u>	<u>2.583.000</u>	<u>(1.200.000)</u>	<u>59.667</u>	<u>(58.701)</u>	<u>1.834.568</u>

Parcela do curto prazo

1.568

Parcela do longo prazo

1.833.000

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) foram capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. O montante incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$66.690 (R\$88.120 no período findo em 31 de dezembro de 2013).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2017	117.732
2018	235.464
2019	235.464
2020	235.464
2021 em diante	<u>1.648.258</u>
	<u>2.472.382</u>

#### Notas Promissórias

Em 7 de maio de 2014, a Concessionária emitiu 300 (trezentas) Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$1.000 coordenada pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., totalizando R\$300.000. Na mesma data, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fizeram jus à remuneração anual de 108,% do CDI, com vencimento de principal e juros em 03 de novembro de 2014.

As Notas Promissórias não contaram com garantia fidejussória ou qualquer outra espécie de garantia.

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária realizou a liquidação antecipada, através dos recursos obtidos com a 2ª emissão de debêntures, das notas promissórias emitidas em maio de 2014.

#### Fiança

O saldo referente à comissão fiança refere-se à Carta Fiança contratada em 01 de julho de 2014 no valor limite de R\$662, atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP.

#### Conta Garantida

O saldo de Conta Garantida foi liquidado em setembro de 2014, através dos pagamentos parcelados realizados em 13 de agosto no valor de R\$34.960, 26 de agosto no valor de R\$50.000, 29 de agosto no valor de R\$50.000 e última parcela em 25 de setembro no valor de R\$50.000.

#### Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de empréstimos e financiamentos, são garantidos através do penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (Infraero e Grupar).

Além das garantias apresentadas, a Concessionária possui um contrato de suporte de acionistas (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.

Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas em 2019 e servem de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

### 13. DEBÊNTURES

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2013	Captação	Juros	Saldo final 31/12/2014
Bradesco	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	112.640
Banco do Brasil	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	112.640
HSBC	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	112.640
Bradesco	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	102.266
Banco do Brasil	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	102.266
HSBC	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	102.266
Total					-	600.00	<u>44.718</u>	<u>644.718</u>
Parcela do curto prazo								44.718
Parcela do longo prazo								600.00

Em 31 de dezembro de 2014, o custo de captação com as instituições financeiras para a emissão das debêntures é de R\$9.451.

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2017	15.000
2018	30.000
2019	39.000
2020	54.000
2021 em diante	<u>462.000</u>
	<u>600.000</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, 1 ano após a emissão, até a amortização do principal, que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª serie</u>	<u>2ª serie</u>	<u>3ª serie</u>	<u>4ª serie</u>
5%	15/03/2015	15/06/2015	15/09/2015	15/12/2015
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das Notas Promissórias emitidas em 7 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, 1 ano após a emissão, até a amortização do principal, que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

### Garantias e cláusulas restritivas financeiras

As debêntures tem como garantias o penhor da totalidade das ações de seus acionistas (Infraero e Grupar), a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES, além do Suporte de Acionistas (*Equity Support Agreement - ESA*).

Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas em 2019 e servem de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

#### 14. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
INSS a recolher	3.026	2.583
FGTS a recolher	988	829
Férias e encargos sobre férias	14.409	11.084
Participações nos lucros a pagar	12.000	12.000
Outros	<u>299</u>	<u>13</u>
	<u>30.722</u>	<u>26.509</u>

#### 15. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

<u>Objeto</u>	<u>Saldo Inicial 31/12/2013</u>	<u>Atualização resultado</u>	<u>Atualização intangível</u>	<u>Transferência de longo para curto prazo</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final 31/12/2014</u>
Outorga Variável	143.913	185.065	-	-	(143.801)	185.177
Outorga Fixa	<u>1.020.678</u>	<u>77.940</u>	<u>54.954</u>	<u>772.900</u>	<u>(933.288)</u>	<u>993.184</u>
Circulante	1.164.591	263.005	54.954	772.900	(1.077.089)	1.178.361
						-
Outorga fixa	<u>10.733.712</u>	<u>394.110</u>	<u>506.545</u>	<u>(772.900)</u>	-	<u>10.861.467</u>
Não circulante	10.733.712	394.110	506.545	(772.900)	-	10.861.467
						-
Total	<u>11.898.303</u>	<u>657.115</u>	<u>561.499</u>	<u>-</u>	<u>(1.077.089)</u>	<u>12.039.828</u>

<u>Objeto</u>	<u>Saldo Inicial 31/12/2012</u>	<u>Atualização resultado</u>	<u>Atualização Intangível</u>	<u>Transferência de longo para curto Prazo</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final 31/12/2013</u>
Outorga variável	14.954	143.849	-	-	(14.890)	143.913
Outorga fixa	<u>920.901</u>	<u>5.765</u>	<u>85.137</u>	<u>885.008</u>	<u>(876.133)</u>	<u>1.020.678</u>
Circulante	935.855	149.614	85.137	885.008	(891.023)	1.164.591
Outorga fixa	<u>10.799.355</u>	<u>53.130</u>	<u>766.235</u>	<u>(885.008)</u>	-	<u>10.733.712</u>
Não circulante	10.799.355	53.130	766.235	(885.008)	-	10.733.712
						-
Total	<u>11.735.210</u>	<u>202.744</u>	<u>851.372</u>	<u>-</u>	<u>(891.023)</u>	<u>11.898.303</u>

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano e serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). Em 11 de julho de 2014 foi pago o total de R\$933.288 (R\$876.133 em 11 de julho de 2013).

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Ainda em relação à contribuição variável, o pagamento realizado no ano de 2014 em relação às receitas auferidas no ano de 2013 foi de R\$143.801 (R\$14.890 em 17 de maio de 2013). Pelo valor determinado no contrato de concessão, a receita bruta estimada para efeito do pagamento pela alíquota de 10% deveria ser de R\$1.180.534 corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, acumulado entre o mês da realização da Sessão Pública do Leilão e a data de início do pagamento. Dessa forma, o valor base para o pagamento pela alíquota de 10% foi de R\$1.347.514. O excedente entre a base de R\$1.347.514 e os R\$1.407.844 da receita bruta realizada foram pagos à alíquota de 15% conforme contrato de concessão.

## 16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	<u>31/12/2014</u>
Provisão para riscos	
Trabalhistas (a)	2.843
Administrativos (b)	52
Cíveis (c)	<u>11</u>
Total	<u>2.906</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

### a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b) Riscos administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas fiscalizadoras das atividades de infraestrutura aeroportuária, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo e são referentes à erros de balança de pesagem de *check in*, essas autuações foram lavradas pelo IPEM / SP (INMETRO).

c) Riscos cíveis

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, em sua maioria, motivados por furto ou extravio de bagagem.

d) Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, a Concessionária possuía R\$417 em depósitos recursais e judiciais (R\$149 em 31 de dezembro de 2013).

Riscos Possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/12/2014</u>
Provisão para riscos	
Trabalhistas (a)	2.594
Tributários (b)	<u>114.086</u>
Total	<u>116.680</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria da Receita Federal do Distrito Federal, de natureza tributária, relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

## 17. RECEITA DIFERIDA

A receita diferida é apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato com as lojas, estipulado em dez anos, a partir de Setembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da receita diferida é de R\$43.333, sendo R\$5.000 no passivo circulante e R\$38.333 no passivo não circulante (R\$48.333, sendo R\$5.000 no passivo circulante e R\$43.333 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013), com apropriação mensal para o resultado de R\$417.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social da Concessionária em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.215.559, sendo totalmente subscrito e integralizado (em 31 de dezembro de 2013 era R\$1.215.559). Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	619.935	613.872.757	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	<u>595.624</u>	<u>589.799.316</u>	<u>49</u>
Total	<u>1.215.559</u>	<u>1.203.672.073</u>	<u>100</u>

Em 4 de abril, 8 e 9 de julho, 12 de agosto e 14 de novembro de 2013 foram integralizados os montantes de capital R\$189.983, R\$239.700, R\$230.300, R\$69.819 e R\$132.425, respectivamente. O aporte de capital foi proporcional à participação acionária.

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

Em reunião realizada em 28 de abril de 2014 o Conselho de Administração da Concessionária deliberou a destinação dos dividendos apurados no exercício de 2013, no montante de R\$27.464, para constituição de reserva de lucros.

### b) Reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício de 2013, o montante de R\$82.393 foi destinado à reserva de retenção de lucros retidos para investimento, com base em orçamento de capital preparado pela Administração e aprovado em Assembleia de acionistas.

### c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício de 2013, o montante de R\$5.782, após a dedução dos prejuízos acumulados, antes de qualquer outra destinação, foi destinado à constituição da reserva legal e não excedeu 20% do capital social.

### d) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2013, o dividendo mínimo obrigatório foi calculado como segue:

Lucro líquido do exercício	127.208
Absorção de prejuízo acumulado	<u>(11.569)</u>
	<u>115.639</u>
Constituição de reserva legal (5%)	(5.782)
Base para determinação do dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>109.857</u>
Dividendos a pagar	<u>27.464</u>

19. RECEITAS

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária		
Receita de aeronaves e passageiros	575.620	472.397
Receita de armazenagem e capatazia	<u>277.465</u>	<u>294.719</u>
Total da receita operacional bruta tarifária	853.085	767.116
Cessão de espaço	891.495	625.676
Outros	<u>19.180</u>	<u>15.052</u>
Total da receita operacional bruta não tarifária	910.675	640.728
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>1.763.760</u>	<u>1.407.844</u>
Deduções da receita bruta	<u>(187.486)</u>	<u>(146.476)</u>
PIS	(28.997)	(23.242)
COFINS	(133.560)	(107.117)
ISS	(17.908)	(16.056)
Cancelamentos e devoluções	(7.021)	(61)
Receita líquidas de serviços	1.576.274	1.261.368
Receita de construção	<u>1.381.189</u>	<u>1.796.667</u>
Receita operacional líquida	<u>2.957.463</u>	<u>3.058.035</u>

20. CUSTOS E DESPESAS

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custo de construção	1.342.394	1.746.202
Depreciação e amortização	585.500	430.890
Materiais, energia elétrica e serviços	312.852	287.122
Pessoal e encargos	214.016	188.720
Outorga variável *	185.065	143.913
Marketing e venda de serviços	<u>3.409</u>	<u>12.808</u>
	2.643.236	2.809.655
Custo dos serviços prestados	1.094.833	861.481
Custo de construção	1.342.394	1.746.202
Despesas gerais e administrativas	<u>206.009</u>	<u>201.972</u>
	<u>2.643.236</u>	<u>2.809.655</u>

(\*)Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na nota explicativa nº 15.

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	45.696	8.267
Variação monetária	4.883	961
Outras receitas financeiras(*)	<u>3.636</u>	<u>-</u>
Total	<u>54.215</u>	<u>9.228</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(472.050)	(58.895)
Juros sobre Debêntures	(44.718)	-
Juros sobre empréstimos	(142.934)	(2.316)
Comissões e despesas bancárias	(3.488)	(2.627)
Outros	<u>(2.052)</u>	<u>(788)</u>
Total	<u>(665.242)</u>	<u>(64.626)</u>
Total resultado financeiro	<u>(611.027)</u>	<u>(55.398)</u>

(\*) Outras receitas financeiras referentes à multa e juros sobre valores recebidos em atraso.

## 22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de *performance*.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

Em 31 de dezembro de 2014 os clientes Dufry e TAM representavam mais de 10% do faturamento da Concessionária.

## 23. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014 a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. A contratada realizou avaliação atuarial, para sua adoção inicial.

**Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa**

1. Obrigação de benefício definido	1.036
2. Valor justo do ativo do plano	1.855
3. Situação financeira do plano	(819)
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	819
5. Passivo / (Ativo) líquido	-

**Principais premissas atuariais**

*Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido*

1. Taxa nominal de desconto	12,04%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	7,61%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,50%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	0,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 basic

*Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos*

1. Aposentadoria hoje ( idade atual 65 anos)	19.5456
2. Aposentadoria daqui a 25 anos ( idade atual 40 anos)	19.5456

**Estatísticas dos participantes**

1. Data base do cadastro	31/12/2014
2. Ativos e Autopatrocinaados	
a. Quantidade	155
b. Folha anual dos salários de participação	9.018
c. Salário de participação médio anual	58
d. Idade Média (anos)	39,80
e. Tempo de serviço médio (anos)	1,40

O Pronunciamento Técnico CPC 33 determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de dezembro de 2014 a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

## 24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia e garantia de obrigações públicas.

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	500.000	11/04/2013	30/06/2016	Itaú Seguros S.A.
Riscos operacionais	1.400.000	24/05/2014	24/05/2015	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2014	24/05/2015	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	956.328	04/06/2014	04/06/2015	BTG Pactual / Austral
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	1.170.000	26/03/2013	30/06/2017	Zurich Seguradora S.A.
Seguro de equipamentos móveis	3.300	21/03/2014	24/05/2015	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida - bombeiros	52.793	01/01/2013	01/01/2015	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	500.000	08/08/2014	08/08/2015	Royal & Sunalliance

(\*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Concessionária.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

	31/12/2014		
	Valor justo	Custo Amortizado	Total
<b>Instrumentos financeiros</b>			
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	-	232.110
Aplicações financeiras	45.745	-	45.745
Contas a receber	-	208.618	208.618
Partes Relacionadas	-	17.713	17.713
<b>Total do ativo</b>	<u>277.855</u>	<u>226.331</u>	<u>504.186</u>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	-	72.218	72.218
Partes relacionadas	-	22.216	22.216
Empréstimos e financiamentos	-	2.480.453	2.480.453
Debêntures	-	644.718	644.718
Concessão de serviço público	-	12.039.828	12.039.828
<b>Total do passivo</b>	<u>-</u>	<u>15.259.433</u>	<u>15.259.433</u>

Instrumentos financeiros	31/12/2013		
	Valor justo	Custo Amortizado	Total
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	622.854	-	622.854
Contas a receber	-	168.083	168.083
<b>Total do ativo</b>	<b>622.854</b>	<b>168.083</b>	<b>790.937</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	-	176.398	176.398
Partes relacionadas	-	17.721	17.721
Empréstimos e financiamentos	-	1.834.568	1.834.568
Concessão de serviço público	-	11.898.303	11.898.303
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>13.926.990</b>	<b>13.926.990</b>

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	232.110	-	-
Aplicações financeiras	45.745	-	45.745	-
<b>Total</b>	<b>277.855</b>	<b>232.110</b>	<b>45.745</b>	<b>-</b>
Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.480.453	-	2.480.453	-
Debêntures	644.718	-	644.718	-
Concessão de serviço público	12.039.828	-	-	12.039.828
<b>Total</b>	<b>15.164.999</b>	<b>-</b>	<b>3.125.171</b>	<b>12.039.828</b>

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>622.854</u>	-	<u>622.854</u>	-
Total	<u>622.854</u>	-	<u>622.854</u>	-
<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Empréstimos e financiamentos	1.834.568	-	1.834.568	-
Concessão de serviço público	<u>11.898.303</u>	-	-	<u>11.898.303</u>
Total	<u>13.732.871</u>	-	<u>1.834.568</u>	<u>11.898.303</u>

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos tem seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6.

c) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Concessionária é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Concessionária administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos	2.480.453	1.834.568
Debêntures	644.718	-
Concessão de serviço público	12.039.828	11.898.303
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(232.110)	(622.854)
(-) Aplicações financeiras	(45.745)	-
Dívida líquida	14.887.144	13.110.017
Patrimônio líquido	<u>934.897</u>	<u>1.303.734</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>15.822.041</u>	<u>14.413.751</u>
Índice de endividamento líquido	15,92	10,06

d) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

O quadro a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Superior a 5 anos</u>	<u>Total 31/12/2014</u>
Fornecedores	72.218	-	-	-	72.218
Empréstimos	244.316	601.240	860.130	4.377.639	6.083.325
Debêntures	42.780	199.247	337.553	907.777	1.487.357
Concessão de serviço público	993.184	2.168.263	2.433.301	23.296.546	28.891.294

e) Análise de sensibilidade na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/12/2014	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	CDI (% ao ano)	28.178	21.134	14.089
Aplicações financeiras	45.745	CDI (% ao ano)	5.553	4.165	2.777

Referência para ativos financeiros	Provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)	12,14%	9,11%	6,07%

Passivo financeiro

Operação	31/12/2014	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.480.453	TJLP (% ao ano)	148.827	186.034	223.241
Debêntures	644.718	IPCA (% ao ano)	43.841	54.801	65.761
Concessão de serviço público	12.039.828	IPCA (% ao ano)	818.708	1.023.385	1.228.062

Referência para passivos financeiros	Provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA (% ao ano)	6,80%	8,50%	10,20%
CDI (% ao ano)	12,14%	15,18%	18,21%

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2014	31/12/2013
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	66.690	88.120
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	561.499	851.372
Aquisição de intangível ainda não liquidada (Fornecedores)	14.700	25.182

27. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico diluído por ação</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da companhia	(396.301)	127.208
Denominador (em milhares de ações)	<u>1.203.672</u>	<u>825.998</u>
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ações	<u>(0,329)</u>	<u>0,154</u>

## 28. OUTROS EVENTOS

Em 14 de Outubro de 2014, foi proferida sentença julgando extinto o processo pelo acolhimento de ilegitimidade e prescrição do Processo Judicial nº 0009211-60.2013.4.03.6119 apresentada por José Eduardo Guinle e outros perante a 2ª Vara Federal de Guarulhos.

---

## **Critério de Outorga Fixa**

Seguindo a orientação contida nos itens 12(a) e 13 da OCPC 05 temos:

*"12. O direito de outorga é aquele decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato. Nos casos em que o preço da delegação dos serviços públicos (outorga) é pago no início da concessão de uma única vez ou em pagamentos por prazo menor que o prazo da própria concessão, o seu registro no início da concessão ou proporcionalmente ao valor adiantado (caso seja um contrato de execução), respectivamente, é inevitável. A questão de dúvida surge nas situações em que o pagamento do direito de outorga ocorre por valores predeterminados ao longo da concessão, durante a performance do contrato.*

*Nesse caso há duas linhas de entendimento e ambas são praticadas hoje pelas concessionárias brasileiras:*

- (a) a que entende que o contrato é de execução;*
- (b) a que entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão.*

*13. Na linha de entendimento de que o contrato é de execução, os argumentos são relacionados com o fato de que nem o poder concedente e nem o concessionário, no início da concessão, cumpriram com suas obrigações ou ambos cumpriram com suas obrigações parcialmente na mesma extensão. A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário. O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso se após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que a poder concedente mantenha a concessão. Nesse caso, o aspecto que contraria o enfoque de reconhecimento da outorga no início do contrato é a falta de caracterização de um ativo e de um passivo executáveis na data do balanço.*

*Finalmente, a inexistência de penalidade contratual (ou existência de penalidade irrisória) para a descontinuidade contratual provocada pelo concessionário ou a previsão de indenização ao concessionário pelos investimentos não amortizados, em evento de descontinuidade contratual, é um indicador de que o contrato seria de natureza executória (contrato a executar), não passível de registro contábil no momento da sua assinatura".*

Considerando que a Concessionária entrou na licitação com a intenção de permanecer por todo o período do contrato, a administração entende que o direito de outorga deve ser registrado conforme item 12 (b), registrando no momento inicial o valor total da outorga, sendo:

Deve-se registrar o valor total da outorga a pagar no momento inicial, pelo valor presente, como a seguir:

Débito: Intangível - Direito da operação  
Crédito: Outorga a pagar

***Amortização do intangível:***

Débito: Despesa com amortização (período remanescente ao final da concessão, seguindo a curva de demanda)  
Crédito: Intangível - direito da operação.

***Recomposição do Valor presente:***

Débito: Intangível - Direito da operação  
Crédito: Outorga a pagar

***Reajuste do principal:***

O reajuste ao IPCA – índice estipulado no contrato – deve ser calculado com base no saldo principal pela taxa efetiva (CPC 08 – item 12 e CPC 38 – item 47).

Débito: Intangível - Direito da operação  
Crédito: Outorga a pagar

*(\*) Capitalização de despesas financeiras pode ser avaliada em função de CAPEX que vier a significar novos ingressos para a Companhia.*